

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.601 - SP (2017/0056908-4)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : KLABIN S/A
ADVOGADO : LEO KRAKOWIAK E OUTRO(S) - SP026750
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO CONFIGURADA. CONTROVÉRSIA SOB O ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região, assim ementado (fl. 370):

AGRAVO LEGAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF. LIQUIDAÇÃO DE CONTRATO DE CÂMBIO. EMPRÉSTIMO EM MOEDA ESTRANGEIRA. DL 1.071/94. PRECEDENTES.

1. O art. 153, V da Constituição conferiu à União a competência tributária para a instituição do IOF sobre operações de câmbio. O CTN, recepcionado como Lei Complementar, em seu art. 63, II definiu o fato gerador da exação em comento.

2. O Decreto-Lei nº 1.783/80, definiu as alíquotas e os contribuintes do imposto, dentre os quais os compradores de moeda estrangeira e os adquirentes de títulos mobiliários. Portanto, todos os elementos da relação jurídico-tributário foram definidos por diploma hábil.

3. Nessa medida, o Decreto-Lei nº 1.071/94 encontra seu fundamento de validade imediato na Constituição e mediato no CTN, não havendo se falar em ilegalidade. Referido ato normativo não fixou nova hipótese de incidência, mas tão somente regulamentou aquela já prevista na legislação.

4. Precedentes: AMS nº 95030428262, Rel. Juiz Fed. Souza Neto, DJ 18.09.07, p. 444; AMS nº 97030307159, Rel. Juiz Fed. Valdeci dos Santos, DJ 06.05.08.

5. Agravo legal improvido.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 386-393.

O recorrente alega violação dos artigos 535, II do CPC/73, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto a questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 5º, II e 150, I, 37, 84, IV, da CF/88; 97 e 99 do CTN, e defende, em síntese, a inconstitucionalidade/ilegalidade da cobrança do IOF, instituída pelo Decreto-lei n. 1.071/94.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 527-528.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que “[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos

Superior Tribunal de Justiça

os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Há de ser rejeitada a alegada violação do art. 535, II, do CPC/1973, quando o acórdão recorrido adota fundamentação clara e suficiente acerca de todas as questões relevantes para decidir de modo integral a controvérsia, apenas não adotando a tese defendida pelo recorrente, não se podendo cogitar sua nulidade.

A jurisprudência do STJ entende que, expendida fundamentação clara e suficiente para a resolução da controvérsia, a não manifestação individual de cada argumento trazido pela parte que não demonstra sua relevância para o deslinde da causa não configura vício de omissão.

A propósito, na parte que interessa:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. [...] VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO EM PARTE DO RECURSO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. INOCORRÊNCIA DE OMISSÕES. AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA NO CASO CONCRETO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR E DE UTILIDADE NO REJULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRECEDENTES DESTA CORTE. [...]

[...]

III - O tribunal de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão.

IV - Esta Corte tem entendimento consolidado segundo o qual é necessária a relevância da omissão e a utilidade e necessidade para que se determine, em sede de recurso especial, a realização de novo julgamento dos embargos de declaração pelo tribunal de origem. No caso analisado, não se vislumbra a presença desses requisitos.

[...]

(REsp 1.748.752/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 8/11/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. [...]

[...]

5. Ausência de utilidade da pretensão de anulação do acórdão recorrido por negativa de prestação jurisdicional.

[...]

(EDcl no AgRg no AREsp 278.621/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/5/2015, DJe 25/5/2015)

No mais, quanto à matéria de fundo, a Corte de origem, ao se posicionar pela legalidade do Decreto-Lei n. 1.071/94, fundamentou-se em interpretação de matéria eminentemente constitucional, descabendo a esta Corte examinar a questão, por demandar análise de dispositivos constitucionais em sede de recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte.

A propósito, confira- precedentes:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. IMUNIDADE. ENTIDADE FILANTRÓPICA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA EM RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. O acórdão recorrido tem como fundamento matéria eminentemente constitucional. Sendo assim, destaco a inviabilidade da discussão em Recurso Especial acerca de suposta ofensa a matéria constitucional, porquanto seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição. (grifei)

[...]

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1779961/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/3/2019)

ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL. EX-COMBATENTE. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NESTA CORTE.

[...]

II - A questão controvertida foi decidida sob fundamento de cunho constitucional, transbordando os lindes específicos de cabimento do recurso especial.

III - Assim, concluindo-se que o acórdão recorrido, ao dispor sobre a matéria, cingiu-se à interpretação de regramentos e princípios constitucionais, afasta-se, ipso facto, a apreciação da questão por este Tribunal, cuja competência está jungida à Excelsa Corte, ex vi do disposto no art. 102 da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do STF.

[...]

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1650619/ES, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 14/5/2019)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 282/STF. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO (RAT-SAT-FAP). GRAU DE RISCO. REENQUADRAMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NO ÂMBITO DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO DA CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. No que diz respeito à alegação de ocorrência de julgamento extra petita, verifica-se que o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a citada tese, nem implicitamente. Registre-se, ainda, que tal tema não foi objeto dos Embargos de Declaração. Logo, não há como conhecer do ponto diante da ausência de prequestionamento.

2. No mérito, a resolução da controvérsia se amparou em fundamento eminentemente constitucional, o que torna inviável a impugnação feita em Recurso Especial, nos termos do art. 105, inciso III da CF/1988.

3. Agravo Interno da Contribuinte a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no REsp 1443520/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 10/4/2019)

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial e **nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

